

**MOBILIDADE ÉTNICO-SOCIAL DO POVO KAMBA CHIQUITANO  
UM OLHAR SOBRE O REDUTO SÃO FRANCISCO NA CIDADE DE  
CORUMBÁ/MS<sup>1</sup>**

**ANTÔNIO HILÁRIO AGUILERA URQUIZA**

Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, orientador da pesquisa. Possui Doutorado em Antropologia pela Universidade de Salamanca/Espanha; atualmente é docente do curso de Ciências Sociais, da Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFMS e Professor colaborador dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFGD) e de Pós-Graduação em Educação (UCDB).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8582796165061936>

Correio eletrônico: [hilarioaguilera@gmail.com](mailto:hilarioaguilera@gmail.com)

**ANDRÉA LÚCIA CAVARARO RODRIGUES**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2016). Foi Bolsista PIBIC CNPq.2014/15.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8115726619638850>

Correio eletrônico: [andracavararo@gmail.com](mailto:andracavararo@gmail.com)

**RESUMO**

O presente trabalho é resultado de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/CNPq 2014-2015) inserida em projeto mais amplo (CNPq), intitulado “Fronteiras Étnico-culturais – Análise do tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul”. O objetivo da pesquisa foi estudar a migração do povo Kamba, de origem Camba-Chiquitano e seu trânsito da Bolívia para a cidade fronteiriça de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e suas ressignificações identitárias, assim como suas relações com o território brasileiro. O projeto de pesquisa foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo, ocasião em que pudemos constatar as reivindicações deste povo, que luta pelo reconhecimento de sua cidadania como indígena no Brasil para saírem da “situação de invisibilidade” não só perante o poder público, mas para os cidadãos corumbaenses, possibilitando a busca do efetivo amparo previsto na Convenção nº 169 da OIT e na Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos dos povos indígenas no tocante a sua dignidade e o direito de possuir um território tradicional. Conclui-se da pesquisa que os Kamba residentes no “reduto São Francisco” (Corumbá/MS) reivindicam o seu reconhecimento como indígenas no Brasil em virtude de terem se naturalizado brasileiros, pois sua vinda no início da década de 1950 devido às oportunidades de trabalho na construção da Estrada de Ferro Santa Cruz de La Sierra-Corumbá, principal ligação entre Brasil/Bolívia, fez com que estabelecessem relações matrimoniais com brasileiros, permanecendo em definitivo no Brasil.

**Palavras-chave:** Identidade; Kamba; Fronteira; Diversidade Cultural

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil e da FUNDECT, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

## ABSTRACT

This work is the result of scientific initiation research (PIBIC / CNPq 2014-2015) inserted in a broader project (CNPq), entitled “Ethnic and cultural boundaries – traffic analysis and migration of people at the border of Mato Grosso do Sul”. The objective of the research was to study the migration of the Kamba people of Camba-Chiquitano origin and transit of Bolivia to the border city of Corumbá, state of Mato Grosso do Sul, and its identity reinterpretation, as well as its relations with Brazil . The research project was developed through literature research and field work, during which we could verify the claims of the people who struggle for recognition of their citizenship as indigenous in Brazil to leave the "invisibility situation" not only to the public power, but for corumbaenses citizens, enabling the pursuit of effective relief provided for in Convention 169 of the ILO and the Federal Constitution of 1988 on the rights of indigenous peoples with respect to their dignity and the right to own a traditional territory. The conclusion of the research that the Kamba residents “stronghold San Francisco”(Corumbá / MS) claim their recognition as indigenous in Brazil because they have been naturalized Brazilians because his coming in the early 1950s due to job opportunities the construction of the Railroad Santa Cruz de La Sierra-Corumbá, the main link between Brazil / Bolivia, led to establish marital relations with Brazil, remaining in the final in Brazil.

**Keywords:** Identity; Kamba; Border; Cultural diversity;

---

## INTRODUÇÃO

Mato Grosso do Sul caracteriza-se por ser uma região de fronteiras, de acolhida e ao mesmo tempo de trânsito, ou seja, muitos migrantes passam pela região para chegar às grandes capitais do Brasil. O Estado também é conhecido como o segundo maior em população indígena no Brasil, estimada em 73.295 mil pessoas<sup>2</sup>, contando oficialmente com oito etnias, tendo outras ainda não oficializadas como o caso dos Kamba<sup>3</sup>. Com a competição econômica no mundo globalizado, tem sido estimulado cada vez mais, nas últimas décadas, o processo migratório em busca de melhores condições de vida. Foi o que aconteceu com o povo Kamba, que migrou para a cidade fronteira de Corumbá/MS, foco principal desta pesquisa.

---

<sup>2</sup> Dados do IBGE, senso 2010; ([http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)).

<sup>3</sup> Alguns pesquisadores utilizam a grafia desta população indígena como Camba, mas prefiro utilizar da grafia Kamba em respeito ao pedido do Sr. Nazário como iniciador da luta pela busca de reconhecimento identitário, que afirma ser conhecedor da Convenção da ABA de 1953 - Iº RBA (que pretende uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa, ou seja, descartar o “c” e o “q”, substituindo-os pelo “k”) após o historiador Giovani José da Silva explicar-lhe no período em que foi colaborador de sua pesquisa de tese intitulada “A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987): Identidades, Migrações e Práticas Culturais”.

Nesse contexto, as cidades fronteiriças do Mato Grosso do Sul, tornam-se verdadeiros laboratórios de estudo do processo de inserção dos migrantes, sendo um espaço privilegiado para a discussão dos temas acerca da diversidade e da trajetória histórica e cultural de povos indígenas (AGUILERA URQUIZA, 2013).

Infelizmente, ainda hoje nos deparamos com discursos que reduzem o cidadão indígena a um ser estagnado no espaço e no tempo, condenando-o a permanecer no meio da mata, e por sua vez, ao migrar para as cidades, a sociedade entende que ele deixa de ser índio. Nesse raciocínio, os Kamba que vivem na periferia da cidade de Corumbá/MS, em um espaço de autoafirmação de sua identidade como indígenas desde a década de 1970, enfrentam um processo de luta por reconhecimento, direitos e cidadania.

A presente pesquisa se propôs a realizar uma análise antropológica sobre a emergência de identidades étnicas e o seu consequente processo de reconhecimento, tendo como referência o povo Kamba, de origem camba-chiquitano (Bolívia).

Para a realização desse estudo foi utilizado como principal método de pesquisa a etnografia, através do trabalho de campo, tendo como técnica para a coleta de dados a observação participante. Além de entrevistas abertas e direcionadas ao tema estudado, ocorreram visitas à Prefeitura do município de Corumbá/MS, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do centro da cidade, e ao CRAS número 1, responsável pela área do Bairro Cristo Redentor, a fim de se analisar a situação das famílias Kamba perante os órgãos públicos e as políticas sociais básicas feitas em prol destes.

Diante da situação de haver poucos trabalhos acadêmicos a respeito desta população, esse fato impulsionou a pesquisa sobre os motivos de sua migração para o Brasil e porque escolheram residir na cidade de Corumbá/MS.

O diálogo entre antropologia e história se mantém presente, pois, neste caso, o ponto de partida da pesquisa é antropológico, mas, a abordagem da história de vida dos Kamba foi fundamental para o entendimento do cotidiano desse povo. A narrativa dos interlocutores, sobretudo dos mais velhos, foi de suma importância para recuperar as informações sobre os trajetos, deslocamentos e modo de vida dos Kamba. As lembranças e a memória foram elementos fundamentais apresentados pelos colocutores, como forma de visibilidade de sua cultura e história, já que perante os órgãos públicos da cidade de Corumbá, o povo Kamba é totalmente invisível, não contendo nenhum registro. Apenas as entrevistas participativas e as

narrações dos pesquisadores demonstram o que se pode colher por último em termos de informações acerca dos antigos e atuais moradores Kamba da região do São Francisco<sup>4</sup>.

Para compreender migração e o processo de adaptação dos Kamba na cidade de Corumbá/MS, este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, é abordada a parte histórica sobre a migração desta população. Na segunda, é discutido o processo migratório para o Brasil e onde residem atualmente na cidade de Corumbá/MS. Na terceira, com base em autores como Fredrik Barth, Roberto Cardoso de Oliveira, dentre outros, são utilizadas reflexões teóricas sobre construção da identidade étnica. Na quarta, há as narrativas de três interlocutores para melhor compreender a migração e motivação desta população para o Brasil. Por fim, nas considerações finais do artigo, busca-se compreender quais os efeitos sociais que a invisibilidade deste povo sofre perante a população corumbaense e os órgãos públicos.

### **QUEM É O POVO KAMBA CHIQUITANO?**

O povo Kamba possui ligação com os Chiquitanos da Bolívia, recebendo esta denominação por volta do século XVIII pelos colonizadores europeus, sendo uma denominação genérica dada a diferentes grupos étnicos alocados em uma vasta região chamada de Chiquito (Chiquitania), na região oriental da Bolívia. Esta área geográfica é compreendida pelo espaço localizado entre o Chaco (sul), os rios Paraguai (leste) e Rio Grande (oeste).

Os Camba-Chiquitano<sup>5</sup> são provavelmente o grupo mais numeroso da Bolívia oriental, vivendo nos municípios de Ñuflo Chávez, San Ignacio, Velasco e na Província de Pando, todos situados na porção oriental do país (SOUZA, 2009).

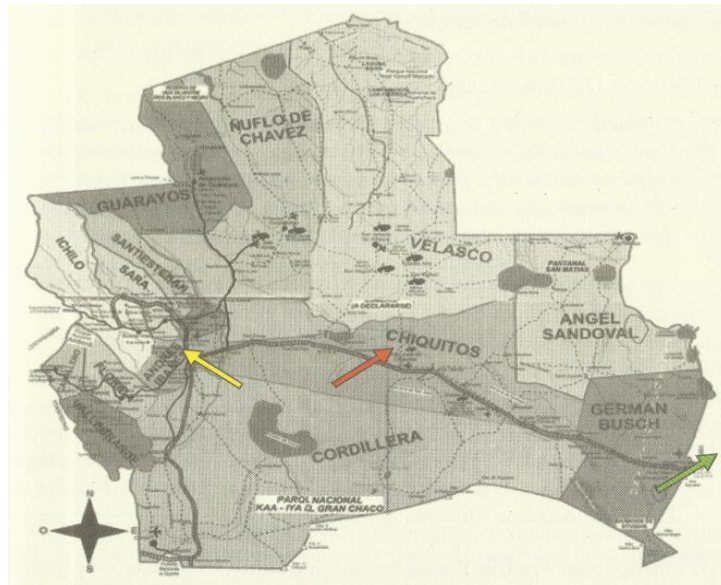
De acordo com nossos interlocutores ainda que o espanhol tenha tomado o lugar da língua chiquitano, há localidades em que os mais idosos permanecem se comunicando entre si com a língua indígena.

É importante destacar que a presença da fronteira política entre os dois países não quebrava a lógica das relações sociais e de recursos naturais convencionados pelos indígenas. De acordo com a antropóloga Joana Aparecida F. Silva “o que delimitava as terras dos

<sup>4</sup> São Francisco está localizado no Bairro Cristo Redentor na Cidade de Corumbá – Mato Grosso do Sul. A região também é conhecida pelos corumbaenses como Alameda São Francisco de Assis.

<sup>5</sup> Alguns pesquisadores como Souza (2009) e Silva (2012) utilizam a escrita da etnia dos povos indígenas bolivianos como Chiquitano. Em respeito aos interlocutores da pesquisa que conhecem a literatura de JOSÉ DA SILVA (2009) resolvi manter a mesma grafia, ou seja, Camba-Chiquitano.

Chiquitano era a maneira como as ocupavam, bem como outros vizinhos indígenas; não era a fronteira brasileira ou boliviana que marcava e definia sua territorialidade”. Podemos dizer que estes povos tradicionais seguem transitando entre as fronteiras criadas artificialmente pelos estados nacionais, a partir de fins do século XVII e início do século XVIII. Assim, podemos ver abaixo a localização do departamento de Santa Cruz, com destaque para a cidade de Santa Cruz de la Sierra (seta amarela), San José de Chiquitos (seta vermelha) e Puerto Suárez (seta verde). Integrando as cidades, observa-se a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.



**Figura 1.** Mapa da região da Chiquitania – Bolívia

**Fonte:** JOSÉ DA SILVA, Giovani. Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia. Goiânia, Editora UFG, 2012, (*apud* SILVA, Ruth Henrique da 2009).

De acordo com as informações trazidas pelo mapa acima, constata-se que a região da Chiquitania sofreu o impacto da construção da estrada de ferro Brasil-Bolívia, por se encontrar exatamente na metade do caminho entre Corumbá e Santa Cruz de La Sierra, sendo assim, esta área foi marcada pelo grande trânsito de pessoas entre as regiões centrais da Bolívia e a fronteira com o Brasil.

Para além de fatores físicos e considerados “naturais”, este cenário geográfico foi alterado ao longo do século XX por criadores de gado e outros cidadãos não indígenas, provocando a expulsão dos verdadeiros povos indígenas (ou *pueblos originarios*, como são chamados na Bolívia) que não desejavam se submeter a um regime de trabalho análogo à escravidão/servidão imposta pelos então dominadores daquela região. Esse foi o panorama dos Kamba que vieram para o Brasil, além de outros grupos bolivianos que decidiram

reconstruir suas vidas em uma região próxima da Bolívia, mas estando a salvo dos abusos de grupos armados e fazendeiros.

## **MIGRAÇÃO PARA A CIDADE DE CORUMBÁ/MS**

Conforme visto acima, a Estrada de Ferro Santa Cruz de La Sierra – Corumbá, ao atravessar a região da Chiquitania, provocou fortes impactos da colonização sobre a população indígena e não-indígena da região, inicialmente potencializando os deslocamentos do povo nativo da região para outros locais e, ao mesmo tempo, a dinâmica desse fenômeno provocou o trânsito de pessoas estranhas pelos territórios tradicionalmente pertencentes a este povo.

Especificamente no caso dos Kamba que residem em Corumbá, já qualificados como descendentes dos Camba-Chiquitano, tal impacto se deu com a saída de grande parcela de famílias das proximidades das províncias de Roboré, Tapera e San José de Chiquitos, com seu conseqüente fluxo para o Brasil entre os anos 1950 e 1960, ou seja, aproximadamente em meados do século XX (JOSÉ DA SILVA, 2009), motivados pela possibilidade de trabalho na própria estrada de ferro que os impactou.

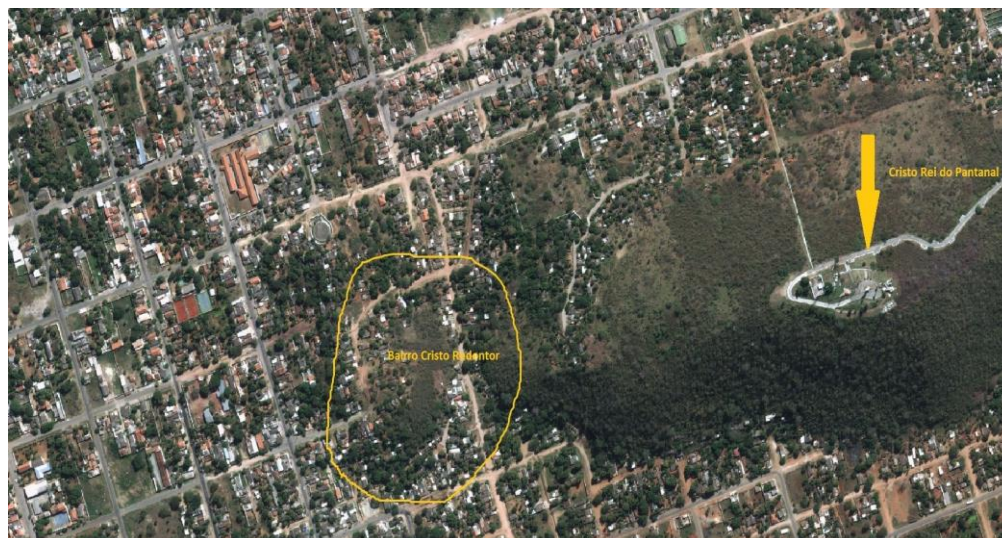
Segundo LEMOS (2015), a presença de imigrantes rurais bolivianos no Brasil iniciou-se após a Guerra do Chaco em 1935. Após a Guerra, milhares de camponeses preferiram se fixar nas cidades em vez de voltar para o campo. Além da mudança na forma de viver, a maioria tinha perdido suas terras, confiscadas pelos grandes proprietários.

Assim, a autora (LEMOS, 2015) afirma que o inchamento das cidades desestabilizou a sociedade, fragilizada pelos conflitos com os países vizinhos e ainda com dívidas acentuadas. As perdas humanas, financeiras e a crise agrícola provocada pelo abandono dos campos. Outros fatores também contribuíram para a imigração, como as crises sociais causadas pelo avanço capitalista no campo e os movimentos de sublevação política. A conjuntura socioeconômica da nação acentuou os movimentos revolucionários das décadas seguintes, culminando com a Revolução de 1952.

Partindo da localização dos Kamba (ou Camba-Chiquitano como alguns se autodenominam) na Bolívia, podemos analisar o processo migratório dos mesmos para o Brasil, onde atualmente parte dessa população que migrou se encontra morando na periferia







**Figura 3.** Bairro Cristo Redentor - Corumbá/MS – Localização atual do povo Kamba  
**Fonte:** Corumbá/MS. Imagem fornecida pela Planurb. Programa Quantum Gis - Escala 1 para 3000. Acesso em março de 2016

Se por um lado o período histórico da construção da Estrada de Ferro Santa Cruz de La Sierra-Corumbá foi o marco para a migração dos bolivianos e indígenas em meados do século XX resultante da busca por trabalho, por outro, nota-se que Corumbá atualmente não possui o fluxo migratório de indígenas (Kamba) de épocas anteriores, tanto que se verifica pela fala de nossos narradores que eles desconhecem totalmente a vinda de novos Camba-Chiquitano para a cidade. Percebemos, dessa forma, que o povo Kamba veio para a fronteira Brasil-Bolívia por volta da década de 1950 e que, atualmente, verificam-se levas de migrantes de outras regiões da Bolívia as quais não possuem relações históricas e nem afetivas com os remanescentes dos Camba-Chiquitano do passado.

### **PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA: A INCIDÊNCIA DA CONVENÇÃO 169 DA OIT E ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS**

Por se tratar de um povo indígena inserido em um contexto de deslocamento territorial entre fronteiras geográficas e culturais, utilizaremos as reflexões teóricas de Fredrik Barth (2000), na tentativa de melhor compreender os processos de construção e ressignificação identitária do povo Kamba neste movimento de territorialização e finalmente de fixação em território de fronteira na periferia da cidade de Corumbá/MS, Brasil.

Independentemente do espaço em que estejam e do contexto histórico que os cerca, a identidade e práticas culturais de origem Kamba seguem um ritual de ressignificação e, a depender dos mais velhos, não deixarão de existir em sobreposição a outras. Suas práticas



culturais, tradições e histórias, sejam coletivas ou individuais, são recriadas e ganham novos significados identitários distintos em situações específicas (BARTH, 2000).

Em conversas durante o trabalho de campo, os interlocutores por diversas vezes descreveram que desde que chegaram ao Brasil, os Kamba são vistos pelos não índios como estrangeiros, tanto pela população corumbaense como pelos órgãos de políticas indigenistas do Estado brasileiro, dificultando o reconhecimento da identidade indígena desse povo no Estado de Mato Grosso do Sul pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de forma semelhante ao que já ocorreu no Estado de Mato Grosso por uma população também migrante da Bolívia que, no entanto, sagrou-se reconhecida como da etnia Chiquitano.

Com relação à atuação da FUNAI sobre o reconhecimento dos Chiquitano em território brasileiro, Alda Lúcia M. de Souza nos diz que:

No Brasil, os Chiquitanos sempre foram reconhecidos pela população regional como “índios bolivianos”. Apenas recentemente, há cerca de 10 anos, o órgão indigenista oficial (FUNAI) reconheceu a existência dos Chiquitanos em território brasileiro (2009, p.11).

Dentre os indígenas que migraram da Bolívia para o território brasileiro, destaca-se o grupo que atualmente vive no Estado de Mato Grosso, nos municípios de Vila Bela, Cáceres e Porto Espiridião, cujos integrantes foram reconhecidos pela FUNAI como Chiquitano. Todavia, os indígenas que saíram da mesma região da Bolívia, mas migraram para o Estado de Mato Grosso do Sul vindo a residir no município de Corumbá, diferentemente dos seus semelhantes permanecem sem reconhecimento oficial pela FUNAI.

No campo do processo de construção identitária do povo Kamba no Brasil, encontramos o papel de liderança do Senhor Nazário, que veio para o Brasil em 1955. O Senhor Nazário passou a reivindicar uma indianidade a partir de um encontro do movimento social indígena na região de Corumbá em fins dos anos de 1970 (HENRIQUE SILVA, 2013). Este senhor, que foi liderança (apesar de contestada por alguns) por muitos anos dos Camba-Chiquitano (Kamba), passou a lutar pelo reconhecimento dos direitos desta população indígena no Brasil, mas infelizmente não teve êxito até o momento. O Senhor Nazário, principal fonte de conhecimento acerca do povo Kamba no Brasil reconhece que na atualidade não há mais o interesse em lutar pelo reconhecimento de sua identidade e especificidade indígena haja vista a situação encontrada dentre os remanescentes do reduto São Francisco, onde já possuem residência e emprego que lhe garantem as necessidades básicas. Por outro lado, durante anos, esta foi à bandeira deste líder, mas com o passar dos anos, o processo de

reconhecimento por parte do estado brasileiro naufragara na burocracia da FUNAI, restando apenas os preconceitos da população regional que os invisibilizaram reduzindo-os a apenas um grupo de bolivianos desqualificados.

Atualmente o Senhor Nazário não reside mais em Corumbá, tendo passado a residir juntamente com a família de sua filha na cidade de Campo Grande. No entanto, conforme constatamos no trabalho de campo, alguns Kamba, moradores da localidade de Corumbá unem forças para dar continuidade à luta pelo reconhecimento de seus direitos como povos tradicionais em território brasileiro. O processo de regularização de uma terra indígena Kamba se encontra paralisado na FUNAI desde 1987, embora haja pareceres que apontam a legitimidade da reivindicação dos Kamba (JOSÉ DA SILVA, 2007).

Observa-se que nem mesmo a Igreja Católica, que manteve uma Pastoral Indigenista em funcionamento em Mato Grosso do Sul entre as décadas de 1970 e 1980 possui documentos que registrem os trabalhos realizados junto aos Kamba ou a outras populações indígenas na região de Corumbá (JOSÉ DA SILVA, 2011) e essa constatação também foi confirmada pelos interlocutores Kamba quando estivemos na comunidade.

Merece destaque o fato de nem todos os Kamba que residem em Corumbá se autoidentificam como indígenas, como descreve Henrique Silva (2013), baseada na narrativa do senhor Nazário: *“tem que ter sentimento, saber a história do seu povo, ajudar os que chegam, porque são Kamba, são índios”*. Todavia, embora o empenho do senhor Nazário em auxiliar e reafirmar a sua condição de Kamba, é fundamental que haja uma unanimidade no seio de sua população, pois do contrário o movimento se enfraquece e não há um consenso quanto à sua autodeterminação como indígenas.

Por habitar uma localidade que reproduz fortes estigmas em face dos povos bolivianos bem como dos povos indígenas, os Kamba acabaram se tornando vítimas de um duplo preconceito, haja vista serem índios e estrangeiros (bolivianos) no Brasil. Esta situação delicada deu origem a uma ambivalência consubstanciada na indecisão entre imiscuir-se no seio da população local como se simplesmente fossem migrantes bolivianos – o que historicamente aconteceu – ou reivindicarem abertamente sua indianidade e direitos decorrentes deste posicionamento político e social. Em tese, a primeira opção traria grandes problemas decorrentes da discriminação, e a segunda traria uma carga maior de preconceitos contra este grupo devido à hipótese de serem indígenas, com a agravante de serem bolivianos.

Fazendo a conexão entre o processo histórico e as informações colhidas no trabalho de campo, podemos perceber que o grupo, direta ou indiretamente, optou pela primeira

possibilidade, ou seja, a de permanecer em território brasileiro sofrendo apenas a discriminação por serem bolivianos, em um contexto de invisibilidade social e identitária. A identidade não é dada, pode-se dizer, neste caso, ela é ressignificada e reelaborada, segundo as condições de sobrevivência social do grupo (BARTH, 2000). Nesse raciocínio, os Kamba preferiram ser estigmatizados por serem bolivianos, e ocultar, ainda que momentaneamente, o fato de serem indígenas.

Aliado a esses fatos, os Kamba foram deslocados de seu contexto de origem e inseridos em espaços que não lhes corresponderiam, encontrando dificuldades econômicas e passando a serem vítimas de trabalhos subalternos e informais haja vista não terem direito a registro de emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social, além da precariedade de direitos fundamentais conferidos a estes, traduzidos pela precária assistência à saúde, educação e emprego, comprovados pela negativa de atendimento à filha do senhor Barnabé Artega em um posto de saúde da cidade por ser descendente de bolivianos, sendo este o panorama atual em que encontramos os Kamba: “desterritorializados, migrantes e sofrendo dupla discriminação, por serem índios e, ao mesmo tempo, por serem considerados estrangeiros no Brasil: eis a situação atual dos Kamba” (JOSÉ DA SILVA, 2009).

Ao analisarmos o fluxo migratório, os indígenas e migrantes estarão sempre na situação desconfortável de minorias sociais, enfrentando todo tipo de dificuldades para sobreviver no novo ambiente, passando por discriminação e marginalização (CARDOSO DE OLIVEIRA & BAINES, 2005). Por outro lado, a autoidentificação indígena é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 sendo um importante reconhecimento da consciência política de ser índio. Isso não significa que “qualquer um pode ser índio”, mas que com base no processo histórico-étnico e reconhecimento de seu povo esta população, ao chegar à cidade de Corumbá/MS, trouxe toda a sua história sociocultural e a misturou nos elementos socioculturais urbanos sem perder sua identidade étnica.

Lembramos que Frederick Barth utiliza as fronteiras (étnicas) para compreender as dinâmicas do grupo, e dinamiza a identidade étnica afirmando que ela não é estática, mas se transforma a partir das relações sociais e como qualquer outra identidade, seja coletiva ou individual a, depender do interesse ou contexto; por isso, mesmo com a migração de algumas famílias Kamba para uma parte do território brasileiro, o grupo não deixou do lado boliviano as suas convicções e seus horizontes culturais o que nos leva a afirmar que a mudança (geográfica e cultural) é um movimento básico da vida em sociedade, e as formas humanas de

se relacionar e os movimentos para que as relações se perpetuem no tempo se configuram plasticamente. De fato:

Os elementos específicos de uma cultura (como os costumes, os rituais e valores comuns) podem sofrer grandes variações no tempo ou em decorrência de ajustes adaptativos a um meio ambiente diversificado. [...] A metáfora utilizada é a de um vaso (uma forma organizacional ou “padrão” de interação), que aceitaria líquidos de diferentes cores e texturas (os elementos da cultura) sem, no entanto, mudar a sua natureza. (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.73-74)

A interação entre os sujeitos e grupos, permite que haja transformações contínuas que modelam a identidade, em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem está inserido no grupo e quem não está. Os grupos se organizam a fim de definirem o “eu” e o “outro”, partindo desta organização mantém sua legitimidade.

Com efeito, um elemento importante se destaca para que o grupo se identifique e seja identificado por outros como tal, tendo em vista, também, o compartilhar dos elementos da cultura e as práticas e símbolos culturais podem mudar sem ocorrer mudança na identidade étnica de seus membros (BARTH, 2000).

De acordo com BIM (2014), a Convenção OIT 169 diz que ela se aplica aos povos indígenas e tribais (*Indigenous and Tribal Peoples* ou *Peuples Indigènes et Tribaux*). Sendo oportuno discorrer sobre o que se entende como povos tribais, ainda que esses não estejam abrangidos pela cláusula do artigo 231, § 3º da Constituição Federal.

O autor afirma que a Convenção OIT 169 (1989) substituiu a Convenção OIT 107 (1957). Esta, concernente à proteção das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes, era expressa em se dizer aplicável às populações tribais e semitribais. No atual diploma normativo, o termo *semitribal* foi eliminado, restando apenas povos tribais.

Nesse sentido, BIM (2014) destaca que a Convenção OIT 169 não se aplica somente aos povos indígenas e tribais, mas também ela se aplica aos (i) povos tribais em países independentes, (ii) cujas condições sociais culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional e (iii) que sejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.

Segundo ATHIAS (2005), a partir da Constituição Federal de 1988 os povos indígenas recuperam seus direitos originários e podem constituir-se como cidadãos etnicamente diferenciados, mostrando assim a possibilidade de existência de um Estado pluriétnico. Porém a

letra da constituição não garantiu, ainda, a inclusão das comunidades étnicas a uma participação plena nas políticas públicas de desenvolvimento, em que estas, possam exercer plenamente seus direitos. Apesar de um “crescimento econômico” anunciado pelo governo, as comunidades étnicas constituem-se em grupos vulneráveis que buscam soluções para seus problemas que tendem a agravar-se devido à política do Estado mínimo, onde não há espaço para políticas sociais que incluem as minorias étnicas.

Ser pública e oficialmente reconhecidos como indígenas pelo Estado brasileiro geraria a expectativa de ter garantidos os direitos à sua especificidade étnica, previstos na Constituição Federal de 1988, sendo um dos pontos centrais da luta de alguns Kamba mais idosos na atualidade.

A vida cotidiana de parte dos Kamba, caracterizados por ser uma população indígena sem fronteiras ou, ao menos, sem as mesmas fronteiras impostas pelos Estados nacionais, resume-se à constante busca do reconhecimento de seus direitos como comunidade indígena no Brasil, para que possam usufruir integralmente dos direitos previstos nas normas brasileiras, garantindo-lhes uma identidade e principalmente sua plena dignidade.

Para os órgãos oficiais, um dos fatores que geram dificuldade para os Kamba é o fato de não possuírem um padrão linguístico (embora tenham traços da língua Chiquitano falada entre os mais velhos). Outro fator que representa empecilhos tem a ver com o fato de estarem localizados em uma área urbana – não aldeados - sem possuir nenhuma característica do imaginário popular de que se tem de “índios” que identifiquem sinais diacríticos, chegando ao ponto de algumas vezes elementos da comunidade serem acusados de fraudadores étnicos.

Por meio das recentes teorias antropológicas sobre as relações interétnicas, o mais importante para a identificação étnica de um grupo é sua autoidentificação ao longo do tempo, fato que ocorre na atualidade com parte do povo Kamba que residem no município de Corumbá. Porém, para os órgãos oficiais brasileiros, este fato não é por si só suficiente para provocar uma mudança de postura no relacionamento da população urbana com o grupo de famílias Kamba que estão em Corumbá.

## **A VOZ DO POVO KAMBA CHIQUITANO**

Nesse ponto objetiva-se analisar algumas narrativas dos Kamba que vivem na cidade de Corumbá. Extremamente ligada à narração, está a historicidade que nos leva a compreender os conflitos políticos e sociais que os interlocutores sofrem, onde seus valores e desejos são momentaneamente deixados de lado para amenizar o preconceito que enfrentam



desde que chegaram ao Brasil. Foram selecionadas três narrativas para a composição do trabalho, concebendo-se o sujeito da narração trazer à tona suas lembranças de forma interativa e participativa, mas principalmente livre.

As condições de produção da narrativa estão relacionadas à função que o sujeito desempenha em seu contexto social e sua realidade vivida numa sociedade excludente, que expõe suas relações de força e de poder, mantendo-se os papéis sociais desempenhados por cada sujeito da narração.

O Senhor Barnabé Arteaga Lopes é pintor de letreiros, nasceu em 1954, em Puerto Suárez, é casado com Lucinda Surubi Arteaga e possui sete filhos. Tem 62 anos de idade e também se reconhece como Kamba e não exatamente como Chiquitano, por conta do seu pai não ter sido da Chiquitania. Ele chegou ao Brasil ainda criança de colo (com aproximadamente oito meses) juntamente com seus pais. A sua mãe, a Sra. Petrona Lopes, era natural de San José de Chiquitos, e o pai, o Sr. Antônio Soárez Arteaga, pescador, era natural de Puerto Suárez, município boliviano, próximo a Corumbá. Ambos, já falecidos, vieram casados da Bolívia, entre os anos de 1954 e 1955.

Senhor Barnabé lembra que seus pais vieram para as terras brasileiras em busca de melhores condições de vida e em busca de trabalho e sempre recorda que sua mãe falava a língua nativa, porém não soube dizer qual seria. Ele também cita que o senhor Nazário é um bom amigo, mas como liderança foi impedido de agir devido à burocracia da FUNAI. “Ele chegou até ir para Brasília, mas a gente nunca soube de nada”. Aparentemente descontente com a liderança do amigo, ainda disse que o mesmo foi residir com a filha em Campo Grande/MS e levou toda a “papelada”, sem deixar ninguém em seu lugar para dar continuidade ao processo de reconhecimento como indígenas. Ao término da entrevista com o senhor Barnabé, obtivemos a promessa de que ele reuniria os seus parentes na próxima ida do grupo de pesquisa a Corumbá a fim de que pudéssemos conversar mais acerca da busca de identidade dos Kamba e da atual situação do processo iniciado pelo Senhor Nazário.

Durante a entrevista, o Senhor Barnabé questionou o porquê de ter sido escrito na pesquisa a palavra Kamba com “K” na escrita, ao que explicamos que esta grafia é uma forma de dar continuidade à sugestão do Sr. Nazário conforme o seguinte relato:

(...) A respeito do etnônimo “Kamba” saliento que, em uma conversa informal com o Sr. Nazário, o mesmo me perguntou por que “Kadiwéu”, “Kinikinau e outros grupos tinham seus nomes grafados com a letra “K”, uma vez que a mesma não fazia parte do alfabeto em Língua Portuguesa”. Expliquei a ele que esta grafia obedecia às normas da ABA (Associação

Brasileira de Antropologia) e que se evitava o uso da letra “C” nos etnônimos atribuídos às populações indígenas no Brasil. Aproveita para explicar, também, que havia a possibilidade de se utilizar a autodenominação do grupo, momento em que o Sr. Nazário, então, deu a seguinte ideia para a escrita da tese: grafar “Kamba” (com “K”), assim como se faz com os outros grupos indígenas e “Camba-Chiquitano” (com “C” e “Ch”), respectivamente, para lembrar a todos do passado do grupo, na Bolívia (JOSÊ DA SILVA, 2009, p.41).

Conforme solicitação do Senhor Nazário, e em nosso encontro ele afirmou ser conhecedor das normas da ABA, visto que iniciou a luta pela busca de reconhecimento identitário dos Kamba, resolvi manter a mesma grafia como citado anteriormente, uma vez que existem outros trabalhos científicos que utilizam a nomenclatura Camba com “C”, como trabalhos acadêmicos da Ruth H. da Silva (2013), já citada nesta pesquisa.

Continuando, abordarei agora meu encontro com a Dona Estefânia Salvaterra, mãe de oito filhos, que chegou ao Brasil com 17 anos nos idos de 1965. Afirmou que seus sogros foram os primeiros habitantes do local, logo após os italianos que exerciam trabalhos voluntários por Organização não governamental – ONG nomearem a localidade onde reside como Alameda São Francisco em homenagem a São Francisco de Assis. Disse que todos comentam acerca do local ter sido o antigo lixão da cidade. Seu pai é José, ex-combatente do Exército boliviano, e sua mãe são naturais da localidade de Santo Coração/Bolívia. Eles nunca vieram para o Brasil, e ela foi a única a vir, mas seus irmãos ainda moram por lá. Dona Estefânia e sua filha Genir, conhecida como Réina, afirmam que a localidade da Alameda é reconhecida como área indígena, mas não souberam afirmar de qual etnia. Sabem que foi decorrente de uma aliança com os Guató, e disseram que não possuem documentação indígena, mas que teriam interesse em obter este documento. A senhora Estefânia, muito simpática, afirma ser Kamba, embora tenha ressaltado que no “Cristo” já moraram muito mais Kamba e com o passar do tempo os mais idosos já faleceram ou se mudaram para outros Estados brasileiros como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e, atualmente, apenas uma pequena parcela do grupo continua vivendo na localidade. Disse ter conhecimento que o Senhor Nazário fizera algumas reuniões, mas nunca houve um retorno ou benefício aparente para a comunidade. Ela, tal qual o Senhor Barnabé, também demonstrou interesse em se reunir no intuito de conseguir a documentação que comprove que são indígenas.

Apesar dos esforços de líderes como o Senhor Nazário para se autoafirmarem como indígenas, poucos dentre os descendentes e agentes da FUNAI são conhecedores da situação

histórica dos Kamba. Recentemente, foram realizadas duas pesquisas de doutorado sobre essa comunidade, ressaltando sua história, organização social e particularidades culturais.

Levando em consideração as narrativas coletadas pelo pesquisador *Giovani José da Silva* os entrevistados temiam a desapareição dos Kamba, dizendo:

(...) Alguém que soubesse ouvir, escrever e depois divulgar a história dos Kamba, que, na opinião dele, irão desaparecer em breve... Isso porque, de acordo com o velho narrador, as gerações mais novas sequer sabem indígenas, já nasceram em ambiente urbanizado, completamente sem perspectivas de fazerem Camba-Chiquitano num meio hostil a “índios” e “estrangeiros” (JOSÉ DA SILVA, 2009, p. 37-38).

No raciocínio desse interlocutor, pode vir a ocorrer, de fato, o fenômeno descrito, haja vista os moradores mais antigos do São Francisco, citados em pesquisas anteriores já terem falecido, deixando uma perigosa lacuna no aspecto histórico desse povo, pois a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado que, com a ajuda de dados emprestados do presente, possibilita aos Kamba reconstruírem a imagem de outrora, que se encontra bem modificada. Observamos um papel importante da memória, inclusive coletiva, no que diz respeito à reconstrução do passado pertencente a um determinado grupo, pois a partir dele, várias manifestações podem ser entendidas na atualidade em que podemos verificar uma diversidade de novos caminhos. Através dessas memórias podemos compreender melhor a dinâmica social, mas para isso necessitamos respeitar a oralidade, pois é um fator predominante de transmissão de conhecimento em diversas sociedades na história humana. A oralidade primária desse povo permite ao grupo conhecer o processo migratório exercido pelos seus antepassados e seu reflexo na realidade que os circunda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve a finalidade de trazer à tona o panorama atual dos Kamba - lembrando que para as populações indígenas não existe fronteiras nacionais - apesar dos conflitos políticos internos entre os membros desta grande e heterogênea população Kamba aqueles que ainda pretendem alcançar o reconhecimento de seus direitos como comunidade indígena no Brasil de forma que passem a usufruir integralmente dos direitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, garantindo-lhes a identidade e a devolução de sua dignidade a este povo, vítima de preconceitos e desprezo pela população regional, que os veem de forma pejorativa como “índios sem aldeia”, “imigrantes”, “estrangeiros”, ”bugres” ou “bolivianos”. Nos

últimos anos, verificam-se alguns estudos sobre este povo indígena denominado “Kamba” ou “Camba”. Entretanto, merece maior profundidade as considerações aqui expostas, pois atualmente a trajetória dos primeiros Kamba que migraram em meados do século XX para o Brasil ainda é desconhecida.

O contato com o não índio não torna os Kamba menos indígenas, pois os vínculos étnicos permanecem conforme afirma Barth (2000), assim como a valorização das práticas culturais. Além disso, tais valores costumam ser reafirmados reelaborando-se as formas de ser índio no contexto urbano. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que os Kamba sofreram e sofrem discriminação por serem indígenas e bolivianos, para sobreviver eles adotaram a estratégia da inserção da sociedade local (mercado de trabalho, língua portuguesa, documentação brasileira, casamento interétnicos) e a sociedade não indígena os veem apenas como bolivianos.

Assim, é de vital importância ressaltar que a verdadeira finalidade do Estado em relação aos povos indígenas e não indígenas deve ser a de orientar suas políticas públicas e sua administração em prol do bem comum previsto na Constituição Federal de 1988 e na Carta da ONU de 1946 com vistas à integração dos Kamba à sociedade corumbaense respeitando a sua identidade étnica e cultural, pois qualquer coisa diferente disso resultará em graves consequências.

## **REFERÊNCIAS**

AGUILERA URQUIZA, Antonio H. (Org.) Culturas e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.

ATHIAS, Renato Monteiro. Diversidade étnica, direitos indígenas e políticas públicas. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade. Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em < [https://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes\\_4.pdf](https://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes_4.pdf)>. Acesso em 11/04/2016.

BAENINGER, Rosana. Vínculos entre a Migração Internacional e a Migração Interna: o caso dos bolivianos no Brasil. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. 2007.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BIM, Eduardo Fortunato. A participação dos povos indígenas e tribais. Oitavas na Convenção 169 da OIT, Constituição Federal e Instrução Normativa n. 1 da Funai (IN FUNAI 01/2012). Revista de Informação Legislativa. Brasília, Ano 51, nº 204, out/dez: 2014, p. 206-208.

BRASIL: Constituição Federal de 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen (Org.). Nacionalidade Etnicidade em Fronteiras. Brasília, Editora UNB. 2005.

DELGADO, Paulo Sérgio, HENRIQUE SILVA, Ruth. Constructos identitários e territorialidade: ser ou não ser Camba no Brasil [2011] - Disponível em: <[http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/42-2011/42\\_Delgado\\_y\\_Silva.pdf](http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/42-2011/42_Delgado_y_Silva.pdf)> Acesso em: 16/02/2015.

Entre os Chiquitano de Mato Grosso do Sul - 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270335823\\_arquivo\\_textocompletozenho.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270335823_arquivo_textocompletozenho.pdf)> Acesso em: 01 maio 2014.

FARIAS, Adriano Lúcio Bezerra; Migração e presença Camba-Chiquitano em Mato Grosso do Sul: fronteira, práticas culturais e construções identitárias. Trabalho científico - ISSN 21764446 – VI Congresso Internacional de História. 2013.

HENRIQUE SILVA, Ruth. Construindo identidades: os Camba na fronteira Brasil-Bolívia. In: Mesa redonda: MR03 – Reelaboração étnica e a questão fundiária no século XXI - XV Encontro norte e nordeste de ciências sociais e pré-alias Brasil.2012, UFPI, Teresina-PI. Disponível em: < <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/MR03.pdf>> Acesso em: 16/02/2015.

\_\_\_\_\_; Dilemas e construções identitárias dos Camba no Brasil: exclusão e interação em Corumbá. In: CANTARINO O'DWYER, Eliana. Processos identitários e a produção da etnicidade. 1. ed.- Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

JOSÉ DA SILVA, Giovani; A Presença Camba-Chiquitano na Fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987): Identidade, Migrações e práticas Culturais. Goiás, UFG, 2009. Tese (Doutorado em História)



\_\_\_\_\_; A respeito de migrações e estigmas: indígenas Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia, segunda metade do século XX. História Unisinos, 2011. Artigo

\_\_\_\_\_; Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia. Goiânia, Editora UFG, 2012.

\_\_\_\_\_; Narrativas Indígenas em Fronteiras: História e Política. Trabalho científico – ISBN 978-85-7315-769-7- X Encontro nacional de História Oral/Testemunhos: História e política <[http://www.iai.spk-erlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/iberoamericana/42-2011/42\\_delgado\\_y\\_silva.pdf](http://www.iai.spk-erlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/iberoamericana/42-2011/42_delgado_y_silva.pdf)> Acesso: 01/05/2014.

\_\_\_\_\_; Anais. X Semana de História 2007: história em movimento: caminhos, culturas e fronteiras: 24 a 28 de setembro de 2007, Campus de Três Lagoas, UFMS Unidade I / Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes ... [et al.], organizadores. -- Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

ONU. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/292>>. Acesso em 23/04/2015

LEMOS, Maria Teresa Toribio. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis, SC. Anais Eletrônicos. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em 17/02/2016.

SILVA, Joana A. Fernandes. Identidades e conflito na fronteira: Poderes locais e os chiquitanos. In: Memoria Americana 16 (2) - Ano 2008, p.119-148. Disponível em <<http://www.scielo.org.ar/pdf/memoam/n16-2/n16-2a01.pdf>> Acesso: 21/07/2015.

\_\_\_\_\_; Pertencimento e identidade, territorialidade e fronteira entre os chiquitanos no Brasil e na Bolívia. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2012. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/29638/18783>> Acesso: 15/05/2015

SOUZA, Alda Lúcia Monteiro de; A história dos Chiquitanos: (re) configurações sociais e territoriais. Brasília, UNB, 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Os Instrumentos de Bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. Revista Ñanduty. Vol. 1 – N.1; PPGAnt- UFGD. 2012. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/2297/1359>

Acesso:

28/03/2016.